

CERTIF – Atraso do Governo trava exportações de materiais de construção

Jornal: Negócios
Secção: Empresas
Página: 14/15
Data: 12 Agosto de 2013

CERTIFICAÇÃO

Atraso legislativo do Governo trava exportações de materiais de construção

Dois anos e meio não bastaram para o Ministério da Economia aprovar o decreto de execução do novo regulamento comunitário do sector

ANTÓNIO LARGUESA

Um decreto-lei e uma carta para Bruxelas. São estes os dois "pormenores" em falta que, desde 1 de Julho, estão a bloquear ou tornar mais caras as exportações de novos materiais de construção. Os laboratórios e as empresas portuguesas de certificação também já começaram a perder negócios e clientes, inclusive noutros países.

O problema é tão fácil de explicar como poderá ser de resolver, embora os mais de dois anos de período transitório não tenham sido suficientes para o Governo posar este problema às empresas do sector. O novo regulamento dos produtos da construção, publicado em Março de 2011, entrou em plena aplicação no mês passado, revogando a anterior directiva. Segundo explicou fonte do sector, o que cada Estado-membro tinha de fazer era só identificar na legislação "quem faz o quê". Ou seja, indicar que é o Instituto Português da Qualidade

quem notifica as certificadoras (e enviar essa lista para Bruxelas); e que é a ASAE quem fiscaliza e sanciona o incumprimento dos requisitos definidos no regulamento.

Em causa está a marcação "CE" para os produtos desenvolvidos após 30 de Junho. Este "selo" é imprescindível para a maioria dos materiais de construção entrarem no mercado. É mais crítica para os fabricantes de produtos que incorporam tecnologia – evoluem mais rapidamente e são adaptados a cada concurso –, que todos os meses precisam de emitir novas certificações.

Por estarem impedidas de recorrer a organismos portugueses com quem trabalhavam, as empresas estão a atrasar exportações e a recorrer a auditores e laboratórios estrangeiros, o que aumenta os custos. Em suma, estão a suportar mais um custo de contexto, que subtrai competitividade, nomeadamente face a concorrentes dos 22 países comunitários cujos governos já publicaram o decreto e enviaram a consequente notificação para Bruxelas.

Estamos a par da situação e temos efectuado todas as diligências para concluir o processo com a brevidade possível.

Atraso justifica-se com complexidade técnica e a necessidade de consultar variados organismos.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

15
Número de meses que durou o período transitório, durante o qual o Governo deveria ter aprovado a legislação.

22
Número de Estados-membros da União Europeia que já publicaram o decreto-lei que é necessário.

Ao **Negócios**, o Ministério da Economia disse que "está, naturalmente, a par da situação e tem efectuado todas as diligências de forma a concluir, com a maior brevidade possível, o processo legislativo". O parecer obrigatório solicitado à Região Autónoma dos Açores deu entrada na semana passada, "o que permitirá avançar muito em breve com o agendamento do diploma em Conselho de Ministros", detalhou a mesma fonte, justificando o atraso com "a complexidade técnica do diploma e a necessidade de consultar variados organismos".

"Falta de respeito"
Esta falha do Executivo está a prejudicar as indústrias da construção, mas também certificadoras como a CERTIF, que está há mais de um mês impedida de administrar o ambiente de oferecer o serviço aos clientes portugueses e estrangeiros. O director-geral da líder nacional de mercado no segmento do produto, com uma quota superior a 90%, denunciou ao **Negócios** que "não pode fa-

zer este trabalho no seu próprio País", tal como "os laboratórios não podem fazer ensaios, que é facturados a ser perdidos".

"Espanhóis, alemães, franceses, ingleses... até os búlgaros e eslovacos podem vir aqui trabalhar e nós não. E também estamos a perder clientes lá fora, como em Itália e Chipre. A prioridade n.º 1 [do País] é a exportação e depois bloqueiam-nos com uma coisa destas, que não tem custos para o Estado. Não são subsídios nem apoios, é publicar este despacho", criticou Francisco Barroca.

O líder da CERTIF, que depende em 70% do sector da construção, fala em "custos idiotas" para as empresas e acusa o Executivo de "falta de respeito para com os agentes económicos". Barroca garantiu ter advertido a anterior tutela – e já ter enviado carta ao recém-empossado Pires de Lima – mas até agora o único resultado é ter "mais de dez clientes muito preocupados porque não podem emitir certificações para exportar".

Governo cria sistema de alerta para as leis da União Europeia

O Governo criou um sistema de alerta para assegurar a transposição dentro do prazo das leis da União Europeia para o ordenamento jurídico português, o que deverá reduzir atrasos que até agora têm prejudicado as empresas nacionais em relação às concorrentes europeias. Esta medida, publicada na quinta-feira em Diário da República, começa por obrigar o ministro dos Negócios Estrangeiros a informar os colegas sobre o prazo de transposição e prevê um mecanismo automático de "notificação periódica". Os projectos devem ser remetidos ao ministro da Presidência e Assuntos Parlamentares com uma "antecedência mínima de seis meses relativamente ao final do prazo para a transposição". O Ministério da Economia assegurou ao **Negócios** que isto tornará "ainda mais eficaz e célere" estes processos.



Francisco Barroca acusa o Executivo de "falta de respeito para com os agentes económicos".

A prioridade n.º 1 [do País] é a exportação e depois bloqueiam-nos com uma coisa destas, que não tem custos para o Estado.

FRANCISCO BARROCA
Director-geral da CERTIF



"Obras" em atraso no Governo | O Regulamento dos Produtos da Construção, que revogou a Directiva comunitária, foi publicado em Março de 2011 e só entrou em plena aplicação a 1 de Julho deste ano.